



Figura 1 – Igreja Paroquial de Alfundão antes da intervenção de 2009.

Localizada na praça principal da aldeia, liberta de todas as frentes e orientado a ocidente (Figuras 1 e 2) a Igreja Paroquial de Alfundão, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, é um templo de fundação antiga, provavelmente anterior ao século XVI, mas que deverá ter sofrido várias alterações arquitetónicas ao longo dos seus séculos de existência. Desse século mantém a frontaria de empena triangular simples e luneta com cruz hospitalária de pedra e o campanário, também de frontão triangular. O edifício conservou, no seu exterior, algumas memórias mais antigas, como é o exemplo de alguns elementos decorativos de época visigótica: um modilhão antropomórfico na face norte (Figura 3) e uma pedra quadrangular decorada com rosáceas, insculpida na esquina traseira da igreja (Figura 4).



Figura 3 – Modilhão.



Figura 4 – Elemento decorado.

A origem destes elementos visigóticos, assim como de outros que são visíveis em várias casas da aldeia, é desconhecida, mas muito provavelmente serão oriundas de uma localização próxima e poderão indicar a presença de um povoamento pós romano, sendo que existem, muito próximo da aldeia, vários vestígios de Época Romana, entre os quais uma grande *villa* (Vila Verde/Vilar) (Figura 5) e uma barragem (Montinho) (Figura 6).



Figura 5 – *Villa* romana de Alfundão, atualmente sob depósito da água.



Figura 6 –Barragem romana de Alfundão.

Já em 1945 Pedro Muralha (Muralha, 1945) escreve que, segundo informações de um habitante local existiam “(...) duas importantes notícias relativas a dois sítios ermos, respectivamente chamados Vila Verde e Vilar (...)” Descreve também *Vilar* e alguns materiais e estruturas aí descobertos e identifica o sítio como a antiga povoação romana *Fundanus*. Afirma ainda que a via romana atravessaria ali perto, dado que também é referido por outros autores. Esta via seria a que ligava *Pax Iulia* (Beja) a *Salacia* (Alcácer do Sal) e seguiria o itinerário Beja-Beringel-Peroguarda-Alfundão-Odivelas-Torrão-Alcácer do Sal (Figura 7). Não são conhecidos no território do concelho de Ferreira do Alentejo, e nomeadamente perto de Alfundão, quaisquer vestígios dessa via, muito provavelmente já destruída pelos intensos trabalhos agrícolas realizados durante o século XX, sobretudo com o aumento da utilização de meios mecânicos.

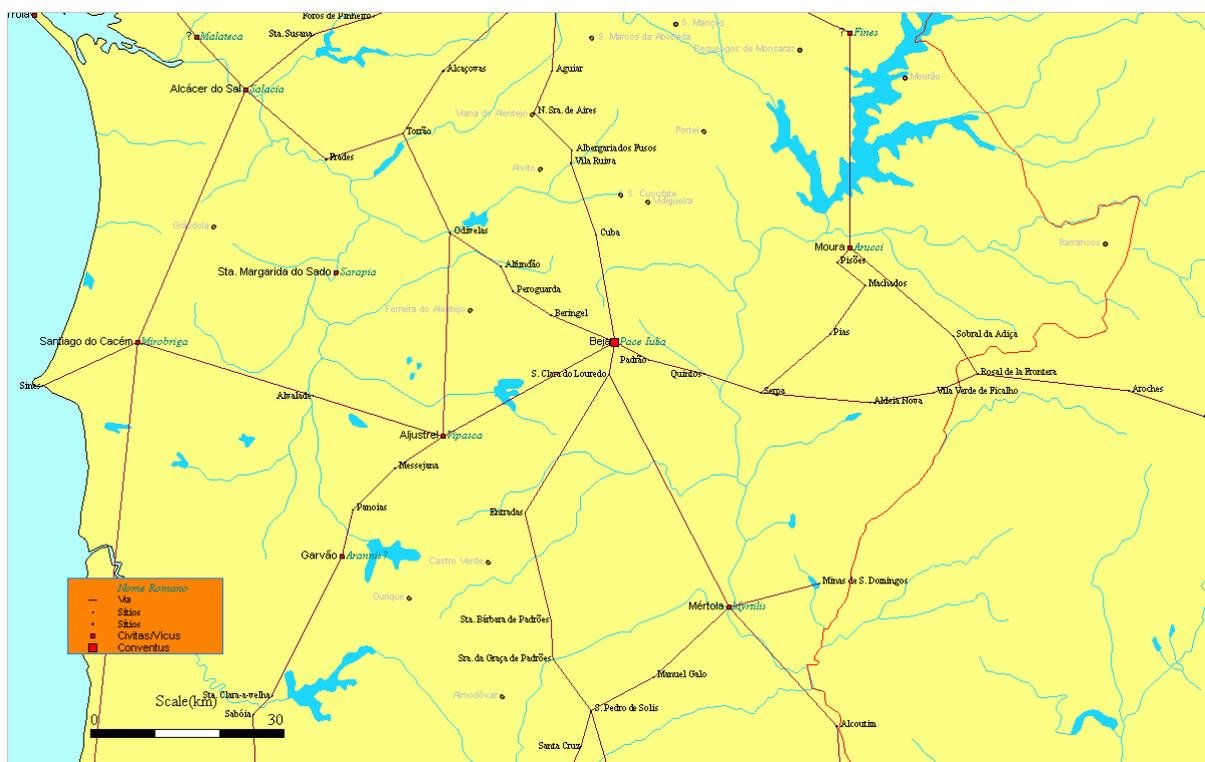


Figura 7 –Mapa com itinerário da via romana (<http://viasromanas.planetaclix.pt/#alcacerbeja>)

No mesmo artigo Muralha (Muralha, 1945) transcreve também a opinião de Abel Viana sobre a igreja de Alfundão: “O que observei na Igreja Matriz de Alfundão leva-me a crer que o templo foi reconstruído nos princípios do século XIV, talvez no próprio sítio de uma igreja visigótica e, certamente, com materiais aproveitados de edifícios visigóticos e romanos. Houve reconstrução nos meados do século XVI, conforme se depreende da base da pia baptismal e do fecho de arco que se vê num dos cunhais da capela-mor. O pórtico é gótico, muito singelo e rude. O óculo que o encimava, assim como o pedaço de laje sepulcral em que se vêem cruces de Aviz provam que a

Igreja pertenceu à Ordem de Aviz e que nela foram sepultados membros da mesma Ordem.” Em 1954, no *Arquivo de Beja* (Viana, 1954), Abel Viana desenvolve este assunto: “O sítio de Vilar, hoje absolutamente sem casa alguma, fica no descampado entre Peroguarda e Alfundão, ao lado direito da estrada e cerca de quilómetro e meio antes de se atingir esta última aldeia. (...) do sítio de Vilar levaram para Alfundão muitas pedras lavradas e por lavrar, as quais foram utilizadas em diversas construções modernas. (...) Em 1866, a igreja de Alfundão foi reconstruída e muito transformada. Nessas obras se empregaram muitas pedras levadas de Vilar. Outras foram empregadas no lajeado ante o pórtico da igreja e tinham estas, segundo me informaram, ornatos visigóticos. As faces lavradas ficaram voltadas para cima. Com o trânsito sobre elas (...) estes se apagaram totalmente.”

Já Túlio Espanca (Espanca, 1992) defende mesmo que “este templo foi certamente edificado sobre uma pequena capela visigótica, e durante a ocupação muçulmana, que o nome Alfundão tão bem evoca, deve ter sido uma mesquita”, mas os vestígios arqueológicos identificados na intervenção de 2009 não nos forneceram dados suficientes para confirmar ou desmentir esta hipótese. Acrescenta ainda uma outra informação relevante: “A aldeia sustentou, julga-se que a partir do séc. XVI, uma albergaria para agasalho de peregrinos pobres, administrada por um mordomo, apresentado pelo provedor da capital do Distrito, o qual passava guias de trânsito a doentes destinados ao hospital da Misericórdia de Alvito.” Refere ainda que, segundo os restos do arquivo paroquial “Alfundão teve por trás da igreja paroquial uma albergaria para pobres de passagem e agasalho de peregrinos, e uma enfermaria, instituições extintas em 1897.” Seria este albergue para peregrinos de Santiago? Não existem registos de que algum itinerário do *Caminho* passasse perto de Alfundão, mas como muitas vezes as vias romanas, preservadas durante muitos séculos, foram utilizadas como vias de comunicação pelos peregrinos de Santiago, poderia a via que passa em Alfundão ter servido de caminho secundário aos peregrinos vindos do território algarvio e baixo alentejano?

Com base em toda a informação já apresentada podemos colocar a hipótese de a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Alfundão ter tido uma fundação anterior ao século XVI, do qual preservou até aos nossos dias a traça e alguns elementos arquitetónicos. Esta igreja poderá ter sido construída sobre um anterior templo, talvez nas ruínas de um templo visigótico, mas o mais provável é que os materiais ali presentes dessa época tenham sido trazidos de zonas próximas, visto que era comum reutilizar materiais, sobretudo pétreos, provenientes de ruínas existentes, quase sempre romanas, na construção de novos edifícios. Temos o caso, por exemplo, do castelo de Ferreira do Alentejo, hoje totalmente desaparecido, e cujos materiais terão sido reutilizados na construção de habitações próximas e das estradas.

A hipótese deste edifício cristão ter sido edificado sobre uma mesquita não nos parece provável, visto que não existem nenhuns elementos físicos que nos levem a levantar essa hipótese. Existe, realmente, no território que hoje pertence a Alfundão, presença de vestígios datáveis da época

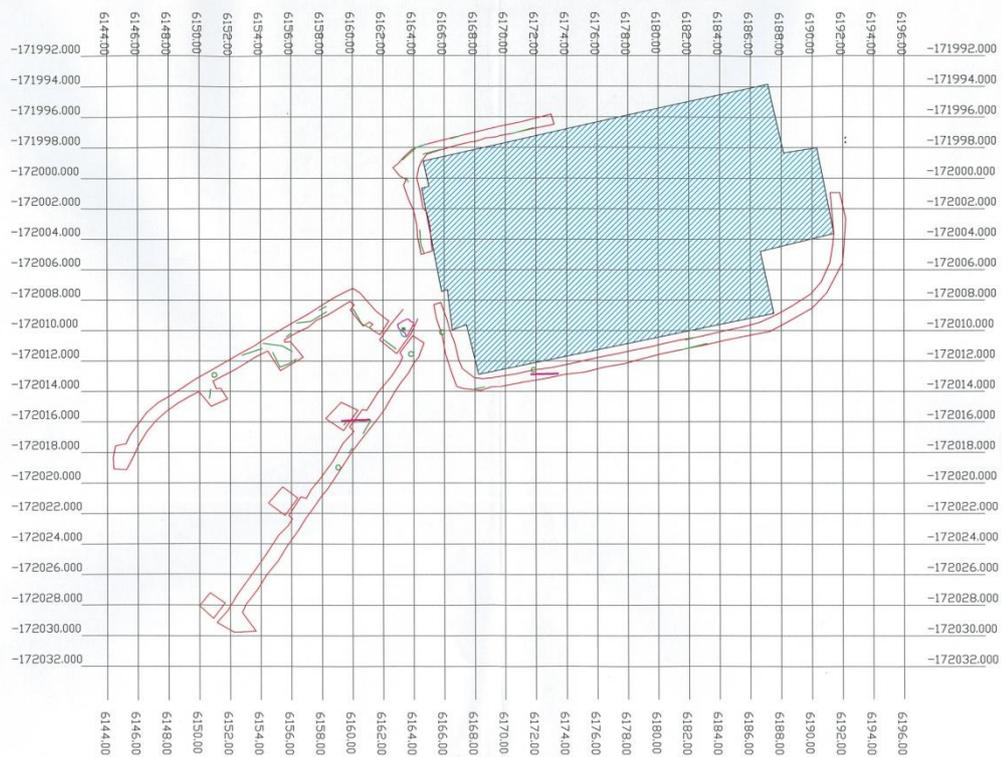
medieval islâmica (Lancinha, Malhada do Vale da Água e Monte da Cassapa), mas não são o suficiente para podermos afirmar uma origem islâmica do povoado de Alfundão.

Tanto a Igreja de Alfundão como sua área envolvente sofreram, ao longo dos tempos, várias alterações, como já referimos. Inclusivamente ali existiu, na década de 1980, uma bomba de gasolina, a poucos metros da igreja. A intervenção de reabilitação de 2009 desenvolveu-se na área envolvente ao templo, com maior incidência na parte fronteiria que abrange o adro e a praça, onde foram abertas várias valas para colocação de novos cabos e iluminação pública deste edifício e para árvores. Foi também aberta uma vala ao redor de todo o edifício, encostada às suas paredes, com uma profundidade entre os 0,70m e 1m. Quando a equipa do Museu Municipal chegou ao local, a maioria das valas já se encontrava aberta, tendo afetado alguns enterramentos, existindo mesmo alguns ossos nas terras retiradas do seu interior. (Figura 8)



Figura 8 –Aspeto da igreja e praça à chegada da equipa do Museu Municipal.

Apenas estava por concluir uma pequena área junto à entrada do templo e na parte traseira, valas que foram já alvo de acompanhamento arqueológico aquando da sua abertura. Procedeu-se à limpeza de terras no interior das valas já abertas e à identificação dos vestígios osteológicos afetados, a grande maioria deles parciais (Figura 9).



Escala 1/200

Figura 9 – Planta da área alvo da intervenção, onde se assinalam (a verde) os vestígios osteológicos detetados nas valas já abertas (a vermelho).

Todos esses vestígios osteológicos foram escavados, registados e levantados, sendo que se tratava, na sua maioria, de enterramentos parciais e alguns ossos sem contextos preservados. No total identificaram-se 25 vestígios nas valas, nenhum deles completo, sendo que os mais completos eram os enterramentos 11, 19, 25, 3 e 20. É curioso verificar que a maioria dos vestígios pertenciam aos membros inferiores dos indivíduos inumados, talvez por serem ossos mais resistentes e por isso, terem-se preservado melhor. Exemplo destes são o enterramento 7 (Figura 10), o 13 (Figura 11), o 22 (Figura 12), o 23 e o 24 (Figura 13). No enterramento 22 são bem visíveis os pés do indivíduo (Figura 14), identificado como um adolescente, por as linhas de fusão das extremidades das tíbias não estarem totalmente fundidas. No enterramento 13 essas linhas de fusão são bastante visíveis, as epífises dos ossos estavam prestes a começar a fundir, pelo que deverá tratar-se de um pré-adolescente. Em todos estes vestígios não foi possível, obviamente, definir o sexo dos indivíduos.



Figura 10 – Enterramento 7, parte dos membros inferiores (pernas).



Figura 11 – Enterramento 13, parte dos membros inferiores (pés e parte inferior da perna).



Figura 12 – Enterramento 22, parte dos membros inferiores (pés e parte inferior da perna).



Figura 13 – Enterramentos 23 e 24, parte dos membros inferiores (pernas e pés).



Figura 14 – Enterramento 22, pormenor dos pés.

Dos enterramentos menos incompletos também foi possível retirar alguns dados. O enterramento 11 (Figura 15) pertencia a um adulto, provavelmente do sexo masculino, e apesar de estar bastante danificado, foi possível identificar os membros inferiores e parte das vértebras, braços e crânio.



Figura 15 – Enterramento 11.

O enterramento 19 (Figura 16), um adulto do sexo masculino, era um dos mais completos, sendo que apenas o crânio se apresentava muito degradado. Este enterramento tinha a particularidade de ter sido o único, dos identificados nesta intervenção, a apresentar uma camada de pasta branca (um aglomerado pastoso de cal?) sobre a zona superior do corpo e cabeça (Figura 17). Sabemos que era hábito cobrir a zona abdominal dos mortos com cal, para acelerar a decomposição dos tecidos moles e este poderá ser um desses casos, em que a cal ainda se preservou. Ou poderão ser elementos externos, resultantes de intervenções posteriores ao enterramento e que provocaram aquele sedimento sobre o enterramento.



Figura 16 – Enterramento 19.



Figura 17 – Enterramento 19, onde é visível uma camada de pasta branca.

Já o enterramento 25 (Figura 18) apenas apresenta os membros inferiores, superiores, zona da bacia e algumas vértebras, não permitindo, contudo, concluir o sexo deste indivíduo adulto.

Os enterramentos 3 e 20 (Figuras 19 e 20) têm a particularidade de estarem sobrepostos, ou seja, foram enterrados com muito pouco tempo de diferença, ou ao mesmo tempo. Trata-se de um adulto, do sexo feminino e de uma criança, depositada exatamente por cima desse. Do enterramento 3 (criança) não se preservou a zona do crânio e das primeiras vértebras, mas o restante esqueleto apresenta-se bastante completo. Da mulher apenas não se preservaram os pés, sendo este o indivíduo mais completo identificado nesta intervenção (Figura 21).

Poderemos especular que se trataria de familiares, falecidos em simultâneo, que foram sepultados um sobre o outro, mas não passa de uma mera hipótese.



Figura 18 – Enterramento 25.



Figura 19 – Enterramentos 3 e 20.



Figura 20 – Enterramentos 3 e 20.

Junto à soleira da porta de entrada da igreja identificou-se os restos de um enterramento infantil (enterramento 16), de uma criança com poucos meses de idade (Figura 22). A presença de enterramentos infantis na parte exterior à soleira da porta da igreja poderá justificar-se por essas mesmas crianças ainda não terem sido batizadas, logo ainda não pertenciam à comunidade cristã e, por isso, não poderem ser sepultadas no interior do templo. Sabemos que a percentagem de mortalidade infantil era bastante alta durante a Idade Média e a Idade Moderna, pelo que não é de estranhar a presença deste enterramento e de outros juvenis nesta necrópole.



Figura 21 – Enterramento 20.



Figura 22 – Enterramento 16.

Todos os vestígios osteológicos apresentavam uma orientação Oeste/Este, estavam depositados em decúbito dorsal, e em dois deles foi possível verificar que os braços estavam cruzados sobre a barriga e peito. Podemos concluir, assim, que se tratavam de enterramentos cristãos. Não apresentavam sepultura estruturada, nem vestígios de madeiras, mas recolheram-se vários pregos muito provavelmente provenientes dos caixões onde os falecidos foram sepultados. No enterramento 20 é mesmo possível associar os pregos com o indivíduo, estando muito próximos da sua cabeça (Figura 19).

Junto ao enterramento 16 recolheram-se algumas contas de rosário em muito mau estado de conservação (Figura 23), um dos poucos vestígios arqueológicos associados aos enterramentos. Para além dessas contas de rosário e dos pregos, recolheram-se muito poucos materiais arqueológicos, apenas alguns fragmentos de cerâmica comum e faiança.



Figura 23 – Elementos pertencentes a um rosário.

Também numa área a cerca de três metros da porta da igreja foi descoberta uma estrutura arqueológica (Figura 24), construída em tijolo, argamassa e pedra, que deverá ter servido de base de suporte a uma estrutura já destruída. Poderia ser a base de um pilar para suporte de uma cobertura do adro da igreja, por exemplo, mas nem os vestígios físicos nem os registos bibliográficos apontam para essa existência.



Figura 24 – Estrutura onde foi reutilizada uma pia em mármore.

O curioso nesta estrutura é a reutilização de dois fragmentos em mármore no seu aparelho construtivo, muito provavelmente provenientes do interior da igreja Trata-se de um fragmento de pia (Figura 25) e um de uma cabeceira de sepultura discoide (Figura 26). Nenhum destes dois elementos apresenta qualquer tipo de decoração e pela sua tipologia não é possível datá-los com precisão. A cabeceira de sepultura, de forma discoide, é muito semelhante às utilizadas durante a Idade Média sendo que existem, em exposição no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, três cabeceiras dessas, provenientes de Alfundão, datadas entre o século XII e XIV. Poderão esses elementos em mármore ter sido ali colocados quando da remodelação do século XVI? Ou na de 1866? A escavação de apenas uma pequena área do adro da igreja não nos permitiu chegar a resultados mais conclusivos.



Figura 25 – Fragmento de pia em mármore.



Figura 26 – Fragmento de cabeceira de sepultura discoide.

Mas o vestígio material mais significativo foi recolhido junto à zona dos pés do enterramento 11. Trata-se de uma metade de numisma, que vem levantar algumas questões pertinentes sobre a datação dos enterramentos e deste em específico. O numisma, um *Dinheiro*, datado do reinado de D. Sancho II (1223-1248) dá-nos uma datação para este enterramento muito anterior à esperada (Figura 27). Significa que, já no século XIII, ali eram sepultadas pessoas, e que, por isso, já ali existiria um templo cristão. Como vimos anteriormente alguns autores apontam para a construção de uma primeira igreja cristã no século XIV, mas esta moeda vem adiantar em um século essa datação. Poderemos argumentar que se trata apenas de um pequeno fragmento de moeda, que poderia ter ido ali parar pelas mais variadas razões, e que não se encontrava sobre a cabeça do enterramento, como era comum na Idade Média depositar numismas na boca ou nos olhos dos defuntos. Mas a mera presença deste exemplar indicia que, pelo menos alguns destes enterramentos poderão ser datados do século XIII. Também a presença de um fragmento de cabeceira de sepultura discoide, que pode ser datável dessa época, reforça essa hipótese.



Figura 27 – Fragmento de numisma de D. Sancho II.

A partir de 1844, quando por decreto de 28 de Setembro, se proibiram os enterramentos dentro das igrejas, tornou-se obrigatório o depósito dos restos mortais dos falecidos, depois do registo do óbito e obtida licença sanitária, em cemitérios construídos em campo aberto. Antes desta data os mortos eram sepultados no interior das igrejas e nas áreas envolventes das mesmas, numa tentativa

de proximidade com Deus. Já em 563, no Concílio de Braga, se havia interditado os enterros no interior das igrejas, remetendo-os para as áreas exteriores dos templos, com exceção dos religiosos, mas durante toda a Idade Média a prática de enterrar dentro das igrejas continuou. Com as várias epidemias e conseqüente subida da mortalidade, os cemitérios em redor das igrejas, também considerado solo sagrado, foram aumentando, e apenas as famílias mais abastadas e nobres e os religiosos tinham lugar no interior dos templos, enquanto os mais pobres ficariam no exterior, numa clara divisão de classes na morte como existia na vida. A presença de enterramentos no exterior da igreja de Alfundão poderá indicar que se tratavam de pessoas menos abastadas.

Os vestígios arqueológicos recolhidos não nos permitem datar os enterramentos, mas a presença do numisma do século XIII e da cabeceira de sepultura discoide remete-nos para uma antiguidade desta igreja. Com os dados recolhidos durante esta intervenção podemos supor que esta necrópole foi utilizada pelo menos a partir do século XII até meados do século XIX, quando se tornou obrigatória a utilização de cemitérios de campo, longe das igrejas. A presença dos elementos de época visigótica pode ainda fazer regredir mais a datação deste templo e da sua necrópole, apesar de não existirem outros elementos físicos para além das peças arquitetónicas já referidas. Apenas se escavou uma pequena parte da necrópole que rodeia a Igreja de Alfundão, pelo que estes dados são uma pequena parcela de toda a informação ainda preservada no subsolo.

Bibliografia:

CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; NEGALHA, F. (1995) – *A barragem romana de Alfândão (Ferreira do Alentejo)*, in **Al-madan**, 2ªsérie:4. Almada. Pp. 20-23.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – **Inscrições romanas do Conventus Pacensis (IRPC). Subsídios para o estudo da romanização**. 2 Volumes. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra.

ESPANCA, Túlio (1992) – **Inventário Artístico de Portugal, Beja, Concelho de Ferreira do Alentejo. I Volume**. Academia Nacional de Belas Artes, XII. Lisboa. Pp. 339-342.

KOVÁCS, Maria Júlia (2003) – **Educação para a morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Fapest.

LOPES, M. C. (2003) – **A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Iulia**. 2 volumes. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Anexos de Conimbriga, 3. Coimbra.

MURALHA, Pedro (1945) – **Monografias Alentejanas. Concelho de Ferreira do Alentejo**. Lisboa. Pp. 343-351.

VASCONCELOS, J. Leite de (1994-2007) – **Etnografia Portuguesa**. 10 volumes. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa.

VAZ, Ferraro J.S.(1987/88) – **Livro das Moedas de Portugal**. Barbosa & Xavier, Lda. Braga. Pg. 33 (ref. S2.41 a S2.48).

VIANA, Abel (1954) – *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, in **Arquivo de Beja**. Volume XI. Beja. Pp. 9-31

<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>

<http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/49-beja/2848-beja-alfundao>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_da_Maria_da_Fonte#O_contexto_da_revolta

<http://viasromanas.planetaclix.pt/#alcacerbeja>